

## A MATERNIDADE NOS ESTUDOS SOBRE MIGRAÇÃO INTERNACIONAL:

### Uma revisão das pesquisas no Brasil

Carolini Machado Bandeira (UFPR)

Márcio de Oliveira (UFPR)

**Resumo:** Nas duas últimas décadas cresceu muito o número de mulheres, crianças e adolescentes que migraram para o Brasil. A maternidade traz sempre o desafio do cuidado dos filhos. Regra geral, as tarefas de cuidado recaem sobre as mulheres-mães, com maior impacto sobre aquelas que trabalham no mercado formal ou que geram renda em atividades informais. No caso das migrantes internacionais, além das questões relacionadas aos cuidados com os filhos e da necessidade de conciliar trabalho e família, deve-se levar em conta a adaptação a uma nova cultura. Este paper aborda este tema, problematizando, não exaustivamente, o lugar que a maternidade ocupa nos estudos e pesquisas sobre migração internacional. Em seguida, identificamos os principais temas tratados nas pesquisas sobre a realidade migratória brasileira. Finalmente, apresentamos e classificamos as principais contribuições encontradas nas pesquisas e estudos analisados.

**Palavras-chave:** migração, mulheres migrantes, maternidade, mães migrantes

**Abstract:** Over the last two decades, the number of women, children, and adolescents migrating to Brazil has significantly increased. Motherhood always brings the challenge of caring for children. Typically, caregiving tasks fall on women-mothers, with a greater impact on those working in the formal labor market or generating income through informal activities. In the case of international migrants, in addition to issues related to child care and the need to balance work and family, adaptation to a new culture must also be considered. This paper addresses this topic, exploring, though not exhaustively, the place of motherhood in studies and research on international migration. Next, we identify the main themes addressed in research on the Brazilian migratory reality. Finally, we present and classify the key contributions found in the analyzed studies and research.

**Keywords:** migration, migrant women, motherhood, migrant mothers

## 1 INTRODUÇÃO

A maternidade adquire contornos específicos quando vivenciada no contexto migratório. A conciliação entre o cuidado dos filhos, as responsabilidades domésticas e a necessidade de inserção no mercado de trabalho de um novo país impõe às mulheres migrantes uma sobrecarga significativa, afetando sua saúde física e mental, bem como suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

A experiência da maternidade migrante se insere em um contexto marcado por interseccionalidades, ou seja, pela interação de diversas categorias sociais como gênero, raça, classe e status migratório. Essas interseccionalidades moldam as vivências das mulheres migrantes e seus filhos, influenciando o acesso a direitos, serviços e oportunidades.

No Brasil, a crescente feminização das migrações, especialmente a partir de 2015, com a chegada em massa de mulheres haitianas e, principalmente, venezuelanas, acompanhadas de crianças e adolescentes, torna ainda mais urgente a necessidade de aprofundar as pesquisas sobre a maternidade migrante (Oliveira; Tonhati, 2022). Essa nova realidade demográfica exige que os pesquisadores direcionem seus olhares para as especificidades das experiências dessas mulheres, compreendendo os desafios que enfrentam e as demandas que apresentam.

Com o intuito de aprofundar a compreensão sobre o lugar da maternidade nas trajetórias migratórias, este estudo realiza uma revisão sistemática da literatura brasileira sobre migrações internacionais, com foco específico na experiência da maternidade migrante. Embora a literatura sobre mulheres migrantes no Brasil seja vasta e aborde diversos aspectos de suas vidas, a maternidade, embora mencionada, raramente é o centro das análises. A presente pesquisa busca preencher essa lacuna, investigando como a experiência da maternidade das mulheres migrantes é abordada em estudos nacionais na área das Ciências Sociais, no período entre 1990 e 2023.

A pesquisa está estruturada em quatro seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, apresentamos um panorama da literatura internacional sobre maternidade, com ênfase na experiência da maternidade migrante. Em seguida, a terceira seção analisa a produção científica brasileira sobre maternidade migrante no campo das Ciências Sociais. Com base na literatura revisada, exploramos também o modo como essas mulheres vivenciam a maternidade em contextos de migração, os desafios enfrentados e as estratégias de enfrentamento adotadas. Por fim, na quarta seção, apresentamos as considerações finais do estudo.

## 2 MATERNIDADE E MIGRAÇÃO: A EMERGÊNCIA DE UM TEMA DE ESTUDOS

A maternidade é uma experiência complexa, moldada por um conjunto de fatores sociais, econômicos e políticos. Embora seja frequentemente exaltada como uma fonte de realização pessoal, a maternidade nem sempre se encaixa nos ideais romantizados e normativos presentes na cultura ocidental.

Ao longo do século XX, um modelo idealizado de maternidade, centrado na figura da mãe branca de classe média norte-americana, foi propagado como universal (Gleen, 2016). Nesse modelo, o cuidado infantil é quase exclusivamente atribuído às mulheres, que são incentivadas a dedicar-se integralmente a essa tarefa, com amor incondicional e abnegação total (Hays, 1996). Essa construção social, que naturaliza o trabalho materno como uma responsabilidade feminina e impõe um padrão de cuidado exaustivo, emocionalmente desgastante e centrado nas necessidades infantis, é denominado por Hays (1996) como “Maternagem Intensiva”.

Ao perpetuar a ideia de que a maternidade é a realização feminina por excelência, a sociedade impõe expectativas irreais e exaustivas às mães, desconsiderando a diversidade de experiências e escolhas individuais. Como argumenta Glenn (2016), em vez de buscar um modelo universal de maternidade, é fundamental focar na diversidade e nas experiências marginalizadas. Acadêmicas negras estadunidenses, por exemplo, têm desafiado o modelo dominante, documentando as diferentes experiências históricas de suas comunidades e as condições materiais específicas em que a maternidade é vivenciada (Gleen, 2016; Collins, 2019). As diferentes experiências históricas das comunidades negras demonstram que a maternidade não é um fenômeno universal e homogêneo, mas sim um construto social moldado por fatores culturais, sociais e econômicos. Sobre isso, Pedone (2017, p. 655) afirma que

a maternidade inclui uma série de processos biológicos (concepção, gravidez, parto, puerpério e, em alguns casos, amamentação), mas vai muito além disso, incluindo práticas e relações sociais não vinculadas ao corpo feminino (cuidado e socialização, atenção à saúde, alimentação, higiene, amor e carinho). Todas essas práticas são entrelaçadas com representações sobre o que é socialmente aceito, legitimado e “naturalizado”. Assim, podemos afirmar que a maternidade não é predeterminada de uma única maneira, mas uma construção histórica, social e cultural.

Nesse contexto, as experiências das mães migrantes se destacam como um exemplo das diversas formas de vivenciar a maternidade. A distância geográfica, a usual precariedade das condições de vida e o acesso limitado a recursos e serviços essenciais transformam

profundamente a experiência materna de mulheres migrantes. Seja praticando a maternagem à distância, seja conciliando o cuidado dos filhos com as demandas do trabalho e da vida em um novo país, as mães migrantes enfrentam desafios únicos.

As experiências dessas mães foram invisibilizadas nas pesquisas sobre migrações internacionais até os 1980 (Boyd, 1989). Até então, os estudos sobre migração internacional focavam em modelos econômicos que priorizavam a figura do migrante masculino como provedor da família.

Um exemplo é a teoria da atração e repulsão (*push-pull*), que sugeria que os indivíduos, movidos principalmente por fatores econômicos, realizavam uma análise racional dos custos e benefícios de migrar. De um lado, estavam os fatores que os impulsionavam a sair de seu local de origem, como a falta de oportunidades. De outro, estavam as vantagens do destino, como a possibilidade de entrar no mercado de trabalho e obter uma renda mais alta. As teorias do sistema-mundo e do mercado de trabalho segmentado ou dual, por sua vez, destacam as desigualdades globais que moldam os fluxos de pessoas, bens e serviços, resultando, muitas vezes, na utilização de cidadãos de países menos desenvolvidos como mão de obra barata nos países mais ricos (Boyd, 1989).

As mulheres, quando incluídas nessas pesquisas, eram vistas como dependentes e acompanhantes dos homens, com seus papéis de cuidadoras e mães relegados a segundo plano (Boyd, 1989). Essa visão limitada da migração feminina contribuiu para a invisibilização das experiências das mães migrantes e para a subestimação dos desafios que elas enfrentam.

Como apontado por Boyd (1989), a migração é um fenômeno social complexo, influenciado por diversos fatores individuais e sociais, entre os quais o gênero se destaca como um princípio classificatório crucial. Pioneiramente defendida na década de 1980 por autoras feministas como Morokvasic (1984), que escreveu o artigo seminal intitulado “Birds of Passage Are Also Women” (ou “Pássaros de Passagem Também São Mulheres”, em tradução livre), a perspectiva de gênero trouxe à tona a realidade das mulheres migrantes.

O gênero, segundo Scott (1995), é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os “sexos”. O uso do termo “gênero” sublinha um sistema de relações que pode incluir o sexo biológico, mas não é diretamente determinado por ele, nem determina de forma direta a sexualidade. Nesse sentido,

[...] o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” — a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (Scott, 1995, p. 75).

Para Assis (2017, p. 523), “abordar as questões de gênero e migração é lançar um olhar sobre os movimentos populacionais buscando problematizar como as trajetórias de homens e mulheres foram narradas, analisadas e visibilizadas nos estudos sobre migração”. Ela argumenta que o gênero não é apenas um fator determinante, mas também um elemento transversal ao processo migratório. Desse modo, para a autora, trata-se de “analisar como o gênero, juntamente com outros marcadores como raça, etnicidade e nacionalidade, afeta as trajetórias migratórias” (Assis, 2017, p. 524).

Nesse contexto, foram as pesquisas sobre migração familiar que trouxeram à tona a questão de gênero. Inicialmente, essas pesquisas não se concentravam especificamente nas experiências das mulheres ou da maternidade, mas sim analisavam as famílias migrantes de maneira geral (Zlotnik, 1995). Esses estudos davam prioridade ao papel das redes familiares (Boyd, 1989; Massey et al., 1998), aos impactos da migração na estrutura familiar e aos processos de integração dessas famílias nos países de destino (Dumon, 1989).

Os “novos economistas da migração” trouxeram uma contribuição importante ao integrar a perspectiva microssociológica, que valoriza a racionalidade e a agência individual, com a perspectiva macrossociológica, que enfatiza as limitações estruturais impostas pela economia e política global (Boyd, 1989). Ao destacar o contexto social, esses autores reconheceram que as decisões migratórias muitas vezes são tomadas coletivamente, especialmente no âmbito familiar (Sasaki; Assis, 2000).

Já a perspectiva transnacional, que emergiu no final da década de 1980, incorporou a perspectiva de gênero e trouxe novos entendimentos sobre o papel das mulheres nas famílias migrantes (Ciurlo, 2014). De acordo com essa abordagem, o processo migratório não implica a ruptura total de laços entre os países de origem e destino. Ou seja, mesmo com a separação física, os migrantes adotam diferentes estratégias para preservar seus vínculos afetivos, econômicos, culturais e políticos com seu país natal (Bryceson; Vuorela, 2002). Assim, nasce o conceito de “família transnacional” que descreve famílias cujos membros residem em países diferentes, mas continuam a compartilhar um senso de unidade e preocupação com o bem-estar comum (Bryceson; Vuorela, 2002).

Um subcampo dentro dos estudos sobre as famílias transnacionais passou a ser a maternidade transnacional, que descreve a experiência de mulheres migrantes que deixam seus filhos em seus países de origem para migrar sozinhas e, normalmente, realizar atividades de cuidado de crianças, idosos ou pessoas com deficiência no Norte Global. Essa dinâmica, intrinsecamente ligada à nova divisão internacional e sexual do trabalho, demonstra a

complexidade das trajetórias migratórias femininas e os desafios de conciliar os papéis de mãe e trabalhadora em um contexto globalizado.

Conforme aponta Pedone (2010, 2017), a feminização da pobreza e a crescente demanda por mão de obra feminina no cuidado em países desenvolvidos são fatores cruciais para o surgimento e a intensificação da maternidade transnacional. Ao migrarem, essas mulheres negociam suas identidades maternas e reconfiguram as práticas de cuidado, estabelecendo novas formas de vínculo com seus filhos à distância. Essa experiência, marcada por contradições, desafia as noções tradicionais de maternidade e família.

Hondagneu-Sotelo e Avila (1997) foram pioneiras ao cunhar o termo “maternidade transnacional”, analisando as experiências de mulheres latinas que migram para os Estados Unidos em busca de trabalho doméstico. Seu estudo revelou como a separação física entre mães e filhos exige das mulheres a construção de novas formas de cuidado e afeto à distância. A necessidade de apoio familiar, seja por meio de redes de parentesco ou de contratação de terceiros, e os sentimentos de alienação e ansiedade decorrentes da distância física são aspectos cruciais destacados pelas autoras.

Parrenãs (2001) também contribuiu para o campo ao explorar a dimensão emocional da maternidade transnacional, utilizando a expressão “maternagem à distância”. A autora, com foco na experiência filipina, demonstra como as ideologias de gênero sobre a maternidade intensificam os desafios emocionais enfrentados por mães e filhos separados geograficamente. Parrenãs argumenta que as normas de gênero internalizadas pelas mulheres dificultam a negociação dos papéis maternos em um contexto transnacional.

Já Pedone (2007) oferece uma análise da maternidade transnacional no contexto da migração equatoriana para a Espanha. A autora destaca o papel central das mulheres equatorianas nos fluxos migratórios, atuando como pioneiras e abrindo caminho para a reunificação familiar. Essa dinâmica, no entanto, resulta em uma reconfiguração das relações de gênero e intergeracionais, gerando conflitos familiares tanto no país de origem quanto no de destino.

Ao mesmo tempo em que cresce o interesse no tema da maternidade transnacional, surgem pesquisas que tratam especificamente da maternidade migrante co-residente, ou seja, das experiências das mulheres-mães que migram juntamente com seus filhos. Gedalof (2009), por exemplo, destaca a importância do trabalho reprodutivo das mulheres migrantes na construção de um sentimento coletivo de identidade e pertencimento. A autora argumenta que as decisões cotidianas sobre a criação dos filhos – como a escolha dos cuidados, a língua falada em casa e os hábitos alimentares – são momentos de negociação constante entre diferentes culturas.

Gedalof (2009) também aponta que, assim como a maternidade a distância exige adaptações significativas, a maternidade migrante co-residente também apresenta suas complexidades, exigindo que as mães reinventem suas práticas cotidianas.

Erel (2011) aprofunda a discussão sobre identidade e pertencimento, argumentando que as práticas da maternidade das mulheres migrantes são fundamentais para que os membros da família, em especial os filhos, tenham acesso à plena cidadania. Nesse sentido, ela defende que as mulheres-mães migrantes criam novas formas de pertencimento e cidadania, contribuindo para a construção de sociedades com valores multiétnicos.

Já o estudo de Herrero-Arias et al. (2021) centra-se em torno da experiência emocional da maternidade em contexto migratório. As autoras exploram como as mulheres migrantes enfrentam sentimentos antagônicos ao tentar conciliar as normas e expectativas sobre a maternidade presentes nas sociedades de origem e de destino. Esse conflito cultural pode gerar culpa, ansiedade e estresse, especialmente quando as mulheres percebem que não correspondem aos ideais preestabelecidos.

Tanto nas pesquisas sobre as mães que migram e precisam deixar seus filhos no país de origem, quanto sobre as mães cujos filhos migram junto com elas é possível observar como a maternidade é vivenciada e ressignificada em contextos transnacionais. Nessas pesquisas, ao invés de serem personagens secundárias, as mulheres migrantes ganham centralidade e suas experiências relativas à maternidade são encaradas de modo a reconhecer sua importância para os projetos migratórios familiares.

Dessa forma, a maternidade migrante, apesar de ser um tema relativamente novo, vem se consolidando como um tema de grande interesse nos estudos sobre migrações internacionais. Essa tendência de estudos foi impulsionada pela perspectiva feminista, que destaca a posição social das mulheres e suas implicações na vida das mulheres migrantes. Essa tendência também se reflete nas pesquisas brasileiras sobre as mulheres migrantes, como abordaremos na próxima seção, em que identificamos os principais temas abordados e apresentamos as principais contribuições para o estudo da maternidade em contexto migratório.

### **3 A MATERNIDADE MIGRANTE NAS PESQUISAS BRASILEIRAS**

Para compreender o “estado da arte” das pesquisas e estudos brasileiros sobre maternidade migrante, realizamos um levantamento não exaustivo das publicações sobre essa temática na área das Ciências Sociais. Para isso, utilizamos o portal de Periódicos CAPES para

a busca de artigos, e a plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) para encontrar dissertações e teses que abordam essa temática.

A busca foi conduzida por meio das seguintes palavras-chave: “migração e maternidade” e “maternidade transnacional”. Para delimitar o escopo da pesquisa, foram considerados apenas trabalhos publicados no Brasil e em língua portuguesa que abordassem especificamente a questão da maternidade migrante e cujos autores são vinculados a Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais. A busca resultou em nove trabalhos. Ressaltamos que este número não representa a totalidade das pesquisas existentes sobre o tema, mas sim aquelas que se ajustaram aos critérios de seleção estabelecidos para este estudo.

A classificação desses nove trabalhos foi realizada com base no que consideramos ser o aspecto central analisado. No entanto, muitas vezes, os estudos abordam múltiplas dimensões da maternidade migrante, fazendo com que os temas se entrelacem e dificultando uma categorização rígida. Os temas foram classificados conforme a tabela a seguir.

<b>Tema</b>	<b>Subtema</b>	<b>Publicações</b>
Maternidade Transnacional	Trabalho de cuidado	Carpenido; Nardi, 2017; Rodrigues, 2018; Dornelas, 2022
	Manutenção de laços familiares	Vasconcelos, 2013; Bumachar, 2013; Etechebere, 2017
Maternidade Co-residente	Saúde Reprodutiva	Santos; Novaes; Chaves, 2019; Vieczorek, 2020; Novaes, 2021;

Identificamos dois grandes temas: a Maternidade Transnacional e a Maternidade Co-residente, que foram divididos em subtemas. No tema da Maternidade Transnacional, destacam-se os subtemas “Trabalho de cuidado” e “Manutenção de laços familiares”. O subtema “Trabalho de cuidado” engloba estudos que discutem as implicações do cuidado transnacional para as mulheres-mães migrantes, com publicações de Carpenedo e Nardi (2017), Rodrigues (2018) e Dornelas (2022).

Esses trabalhos exploram as práticas e os desafios do cuidado oferecido por mulheres migrantes, que equilibram a responsabilidade com suas próprias famílias e os papéis que desempenham em seus países de acolhimento. Já o subtema “Manutenção de laços familiares” inclui as contribuições de Vasconcelos (2013), Bumachar (2013) e Etechebere (2017), focando na continuidade e adaptação das relações familiares transnacionais, considerando como as mães

mantêm vínculos afetivos e materiais com seus filhos e outros familiares deixados no país de origem, apesar das barreiras geográficas.

Já o tema da Maternidade Co-residente é abordado nas pesquisas selecionadas por meio do subtema “Saúde Reprodutiva”, que investiga o acesso à saúde de mulheres gestantes migrantes. Esse subtema é explorado em publicações como as de Santos, Novaes e Chaves (2019), Vieczorek (2020) e Novaes (2021), que examinam o acesso a serviços de saúde, práticas de cuidado reprodutivo e os obstáculos enfrentados pelas migrantes no sistema de saúde. Esses estudos evidenciam as dificuldades enfrentadas por mães migrantes na garantia de condições de saúde para si e para seus filhos, ao passo que lidam com contextos culturais e institucionais distintos. A seguir, apresentaremos um panorama dessas pesquisas.

### **3.1 Maternidade transnacional: o trabalho de cuidado e a manutenção de laços familiares**

O trabalho de cuidado, tradicionalmente associado às mulheres, envolve a prestação de assistência física e emocional a crianças, idosos, pessoas doentes e pessoas com deficiência (Hirata, 2016). Essa atividade, muitas vezes realizada de forma não remunerada ou subvalorizada, tem se transformado em uma força de trabalho globalizada (Hirata, 2016). Com o aumento da migração feminina, especialmente de países do Sul Global para o Norte, observa-se o fortalecimento das chamadas “cadeias globais de cuidado”. Nesse contexto, mulheres migram para assumir postos de trabalho como empregadas domésticas e cuidadoras, contribuindo para a reprodução da vida social nos países de destino.

Paradoxalmente, ao migrarem para assumir o papel de cuidadoras em outros países, essas mesmas mulheres frequentemente se veem afastadas de seus filhos, revelando as profundas desigualdades de gênero e as relações de poder que permeiam as migrações internacionais (Pedone, 2017). A maternidade transnacional, nesse contexto, torna-se uma experiência marcada por contradições.

Carpenedo e Nardi (2017) oferecem uma importante contribuição ao explorar as experiências de brasileiras que migram para Londres em busca de oportunidades de trabalho na área de cuidados. As mulheres entrevistadas por eles já ocupavam, em sua maioria, posições de trabalho precarizadas no Brasil e eram as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos.

A decisão de migrar foi motivada pela busca por melhores condições de vida e por novas oportunidades, mas também pela necessidade de prover à família. Ao se estabelecerem em Londres, essas mulheres reforçaram seu papel de provedoras, enviando remessas para seus

familiares no Brasil. No entanto, a distância física dos filhos gerou um intenso sofrimento emocional, marcado por sentimentos de culpa e saudade.

Segundo os autores, a experiência migratória proporciona às mulheres a oportunidade de redefinir o significado do cuidado e reconfigurar seus papéis maternos (Carpenedo; Nardi, 2017). Para muitas delas, a capacidade de prover financeiramente para a família passa a ser um aspecto central da maternidade, desafiando as noções tradicionais de cuidado associadas exclusivamente ao cuidado direto dos filhos.

Carpenedo e Nardi (2017) destacam que, embora a migração permita que essas mulheres assumam um papel de provedoras e ganhem maior autonomia, elas continuam sujeitas às pressões e expectativas sociais relacionadas à maternidade. Por um lado, a distância física dos filhos impulsiona essas mulheres a buscar formas de demonstrar seu amor e cuidado, mesmo à distância. O envio de remessas financeiras e presentes é uma forma de atender às demandas sociais e manter laços afetivos.

Por outro lado, a culpa e a sensação de inadequação frequentemente acompanham essas mulheres, levando-as a adotar uma postura de abnegação (Carpenedo; Nardi, 2017). Para os autores, ao se colocarem no papel de mártires, elas reforçam a ideia de que uma boa mãe deve se sacrificar pelo bem-estar dos filhos, mesmo à custa de seu próprio bem-estar (Carpenedo; Nardi, 2017). Ao mesmo tempo em que desafiam a expectativa de proximidade física, essas mulheres acabam reproduzindo o ideal de maternidade abnegada, naturalizando a desigualdade de gênero.

Carpenedo e Nardi (2017) também chamam a atenção para o contexto mais amplo da economia do cuidado em que essas mulheres estão inseridas. A prática da “transferência de cuidados”, ou seja, a delegação do cuidado das crianças para outros membros da família, é fundamental para viabilizar a migração dessas mulheres. Essa prática evidencia a centralidade das redes de apoio familiar, majoritariamente femininas, na manutenção da vida cotidiana. Transferindo os cuidados para outras mulheres, geralmente avós, tias ou irmãs, as mães migrantes também reforçam as normas de gênero que associam o cuidado ao papel feminino (Carpenedo; Nardi, 2017). Os trabalhos de Rodrigues (2018) e Dornelas (2022) chegam a conclusões parecidas.

Rodrigues (2018), em sua pesquisa com mulheres migrantes latino-americanas na Espanha, identificou dilemas similares aos das mulheres entrevistadas por Carpenedo e Nardi (2017). A autora destaca, ainda, as dificuldades adicionais enfrentadas por migrantes em situação irregular, que encontram barreiras mais significativas para a mobilidade laboral no país europeu.

O trabalho doméstico, segundo Rodrigues (2018), constitui a principal porta de entrada para o mercado de trabalho espanhol para essas mulheres. Impulsionadas pela necessidade, elas se veem confinadas a esse nicho, com baixa mobilidade e dificuldades para ascender profissionalmente. Quando conseguem regularizar sua situação migratória, muitas migrantes tentam acessar outros setores do mercado e buscam a reunificação familiar.

No entanto, o processo migratório é marcado por um intenso conflito interior. Por um lado, essas mulheres sentem-se culpadas por “transgredir” normas sociais relacionadas à maternidade tradicional. Por outro, acreditam que seus sacrifícios garantem um futuro melhor para suas famílias, através do envio de remessas.

Dornelas (2022), por sua vez, examina a maternidade, os papéis de gênero e o trabalho de cuidado, com foco em mulheres migrantes latino-americanas residentes no Brasil. É interessante notar que, diferentemente de muitos países do Norte Global, no contexto brasileiro, os trabalhos de cuidado remunerado são frequentemente realizados por migrantes internas (do Norte ou Nordeste) e por mulheres negras e/ou periféricas (Hirata, 2016). A pesquisa de Dornelas, no entanto, concentra-se especificamente nas trajetórias de mulheres migrantes internacionais que escolheram o Brasil como destino para exercer atividades de cuidado. A autora destaca que “o cuidar permeia os projetos migratórios das mulheres” seja em relação aos filhos ou aos pais idosos. Para ela,

[...] o cuidado para as mulheres opera de modo transnacional, por meio de processos que envolvem a preocupação, culpa, envolvimento e responsabilização pelo provimento de cuidados aos pais e familiares idosos que estão no país de origem. Apesar da distância ou também por causa dela – muitas mulheres migrantes mantêm vínculos transnacionais de cuidado com os pais mais velhos, principalmente em casos de enfermidade. Se na maternidade transnacional as responsabilidades pelo cuidado de mãe para filho permanecem mesmo com a distância física, em outros cenários essas atribuições passam a ser das filhas para com os pais. E nos casos em que há dificuldade ou impossibilidade de exercer essas tarefas de modo mais assíduo, são comuns os sentimentos de culpa por não prover cuidado aos familiares idosos (Dornelas, 2022, p.115).

As mulheres entrevistadas por Dornelas demonstram uma forte internalização do papel de cuidadora familiar, mesmo na ausência de imposições explícitas. Essa percepção, segundo a autora, é resultado de um processo de socialização de gênero que molda as expectativas e comportamentos femininos desde a infância (Dornelas, 2022). A atribuição do papel de cuidadora primária às mulheres é profundamente arraigada em nossa cultura e influencia as decisões e trajetórias de vida. Nesse contexto, a migração feminina é frequentemente vista sob uma lente negativa, associada à ideia de abandono das responsabilidades familiares e à falha em cumprir o ideal de maternidade (Dornelas, 2022).

Diante da separação física de seus filhos, as migrantes buscam alternativas para manter os laços familiares. As tecnologias da informação e comunicação (TICs) são uma ferramenta essencial nesse contexto, permitindo que mães migrantes estabeleçam pontes digitais com seus filhos, minimizando a distância física e emocional (Bumachar, 2013). As pesquisas de Vasconcelos (2013), Bumachar (2013) e Etechebere (2017) aprofundam essa questão, evidenciando as diversas maneiras pelas quais essas mulheres buscam estar presentes na vida de seus filhos, mesmo à distância.

Vasconcelos (2013), em sua pesquisa sobre famílias transnacionais na fronteira entre Brasil e Venezuela, destaca as experiências das mães brasileiras que trabalham no país vizinho e deixam seus filhos sob os cuidados de familiares no Brasil. A separação dos filhos é frequentemente apontada como a maior dificuldade enfrentada por essas mulheres, que recorrem às TICs como principal meio de comunicação e cuidado. Apesar da possibilidade de visitas mais frequentes devido à proximidade geográfica, as ligações telefônicas e aplicativos de mensagens instantâneas e videochamadas são cruciais para o acompanhamento do desenvolvimento escolar dos filhos e para garantir que as remessas enviadas sejam utilizadas de forma adequada (Vasconcelos, 2013).

A pesquisa de Bumachar (2013) também trata da importância do uso das tecnologias de comunicação na experiência das mães migrantes. A autora aborda uma realidade particular: a das mulheres estrangeiras encarceradas em São Paulo. Para essas mães privadas de liberdade, as limitações no contato com seus filhos são ainda mais acentuadas pelas rígidas regras das penitenciárias. No entanto, mesmo diante dessas restrições, elas buscam se conectar com seus filhos através dos poucos canais de comunicação permitidos, como ligações telefônicas e e-mails. Essas ferramentas digitais, embora limitadas, possibilitam que essas mulheres mantenham um vínculo com seus filhos, aliviando, em parte, a dor da separação.

Bumachar (2013) demonstra a resiliência dessas mulheres, que mesmo em um contexto tão adverso, encontram formas de exercer sua maternidade. Ao analisar o caso dessas mães migrantes encarceradas, a autora contribui para uma compreensão mais ampla sobre os desafios e as estratégias utilizadas por mulheres migrantes para manterem seus laços familiares, independentemente de suas condições de vida.

Etechebere (2017), por sua vez, focou no caso de mulheres haitianas que se mudam para o Brasil. Essas mulheres, muitas vezes, migram para o país após seus companheiros já estarem estabelecidos aqui ou vêm sozinhas em busca de melhores oportunidades de trabalho para sustentar suas famílias no Haiti. No caso das mães solo, a questão do trabalho e do envio de remessas assume uma importância ainda maior (Etechebere, 2017).

Uma das entrevistadas pela autora, por exemplo, relatou a angústia de ter perdido o emprego recentemente, o que a impediu de enviar um presente de aniversário para o filho mais novo e de comprar um novo celular para manter o contato com seus filhos. Essa experiência ilustra a centralidade das remessas na vida dessas mulheres, que as veem não apenas como uma forma de prover o sustento, mas como um ato de cuidado e amor (Etechebere, 2017). Para Etechebere (2017, p.190), “quando se trata de remessa, não é só o prover a vida, mas é cuidar da vida de quem ficou”. As remessas, portanto, são fundamentais para que essas mães possam exercer sua maternidade de forma plena, garantindo que seus filhos tenham acesso a tudo o que precisam.

### **3.2 Mulheres Migrantes e Saúde Reprodutiva**

A saúde é um direito fundamental e o acesso efetivo aos serviços de saúde por parte dos migrantes é uma questão crucial. Garantir esse acesso exige políticas públicas específicas e adaptadas à realidade de cada país (Padilla, 2017).

A saúde reprodutiva, um aspecto fundamental da saúde integral, engloba o bem-estar físico, mental e social relacionado à sexualidade e à reprodução. Segundo a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), esse direito inclui a liberdade de decidir sobre a reprodução, o acesso a métodos contraceptivos seguros e eficazes e cuidados de saúde durante a gravidez e o parto (CIPD, 1994). Em outras palavras, a saúde reprodutiva garante às pessoas o direito de viver uma vida sexual plena e saudável, com autonomia para decidir sobre sua própria fecundidade.

Mulheres migrantes enfrentam desafios adicionais no acesso à saúde reprodutiva. Estudos indicam que elas apresentam taxas mais elevadas de mortalidade materna, perinatal e infantil, além de maior incidência de partos prematuros, em comparação com as mulheres da população local (Dias, Rocha; Horta, 2009). Essas disparidades estão diretamente relacionadas à dificuldade de acesso aos serviços de saúde nos países de acolhida (Nielsson; Sturza; Wermuth, 2019). De acordo com Padilla (2017, p. 984),

existem vários fatores que contribuem para limitar a acessibilidade aos serviços de saúde, como o conhecimento da língua, o preço, a disponibilidade, a qualidade, dentre outros. Se legalmente o imigrante tem acesso, mas não é possível a comunicação entre o utente e o profissional da saúde, ou se tem acesso mas não tem recursos econômicos para pagar a consulta, ou se o serviço que recebe não tem a qualidade para o curar, a acessibilidade é parcial ou limitada.

No Brasil, a Lei de Migração assegura o direito da população migrante ao acesso aos serviços públicos de saúde, vedando qualquer tipo de discriminação em razão da nacionalidade ou condição migratória. Conforme Martin, Goldberg e Silveira (2018), os migrantes no país estão tendo acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS), no entanto, as pesquisas de Santos, Novaes e Chaves (2019), Vieczorek (2020) e Novaes (2021) revelam as especificidades das experiências das mulheres migrantes, especialmente no que se refere à saúde reprodutiva.

Os trabalhos de Santos, Novaes e Chaves (2019) e Novaes (2021) tratam sobre a migração de mulheres angolanas para o Brasil. Esse movimento migratório apresenta uma particularidade, pois o motivo da migração está diretamente ligado à maternidade. Muitas dessas mulheres migram com o objetivo específico de ter seus filhos em território brasileiro, seja chegando grávidas, buscando tratamentos de fertilidade no Brasil ou engravidando após a chegada.

Essa escolha está ligada ao contexto social angolano, onde a maternidade é valorizada de forma significativa e a não realização desse projeto de vida pode levar a estigmas e até mesmo à dissolução de casamentos (Santos; Novaes; Chaves, 2019). Nesse contexto, o Brasil é percebido como um país que oferece melhores condições para a maternidade, com acesso gratuito à saúde através do SUS, benefícios sociais e a garantia de cidadania brasileira para os nascidos em território nacional, independentemente da nacionalidade dos pais.

No que se refere ao acesso aos serviços de saúde, as mulheres entrevistadas por Santos, Novaes e Chaves (2019) e Novaes (2021) demonstraram, em sua maioria, satisfação com o atendimento recebido durante o pré-natal, parto e puerpério no Brasil. A gratuidade das consultas e exames, o fornecimento de medicamentos e a qualidade do atendimento médico foram frequentemente mencionados como pontos positivos, contrastando com as expectativas que as participantes tinham em relação aos sistemas de saúde de seu país de origem.

No entanto, algumas mulheres relataram ter vivenciado situações de racismo ao utilizarem os serviços de saúde brasileiros. Essas experiências negativas, embora não generalizadas, evidenciam as barreiras que ainda existem no acesso igualitário e no tratamento humanizado nos serviços de saúde. Vieczorek (2020) com sua pesquisa sobre o atendimento de saúde recebido por mulheres haitianas na cidade de Cascavel, no Paraná, também abordou esse ponto.

O trabalho de Vieczorek (2020) reflete sobre a capacidade do Sistema Único de Saúde (SUS) em atender as demandas específicas da população migrante, com foco nas mulheres haitianas e seus processos de gestação e parto. A pesquisa destaca como marcadores sociais

como raça, gênero e origem nacional se entrelaçam, criando barreiras no acesso à saúde e na qualidade do atendimento oferecido a essas mulheres.

Um dos principais desafios identificados pela autora é a dificuldade de comunicação entre profissionais de saúde e pacientes haitianas. Essa barreira linguística e cultural impede a troca de informações essenciais para o pré-natal, parto e puerpério, colocando em risco a saúde tanto da mãe quanto do bebê. Além disso, o desconhecimento sobre a cultura e as especificidades da saúde das mulheres haitianas por parte dos profissionais pode gerar preconceito, discriminação e práticas inadequadas no atendimento (Vieczorek, 2020).

Vieczorek (2020) enfatiza a necessidade de promover a interculturalidade nos serviços de saúde, capacitando os profissionais a oferecer um atendimento humanizado e culturalmente sensível. Essa medida é fundamental para reduzir as desigualdades e garantir o direito à saúde de todas as mulheres, independentemente de sua origem.

#### **4 CONCLUSÃO**

A análise das nove pesquisas selecionadas revela um crescente interesse dos pesquisadores brasileiros pelo tema da maternidade e migração, especialmente a partir da década de 2010. Chama a atenção a predominância de estudos sobre a maternidade transnacional, que abordam as experiências de brasileiras no exterior e de migrantes de diversas nacionalidades em outros países. Esses trabalhos contribuem para a desnaturalização da maternidade e a desconstrução de estereótipos de gênero, que frequentemente associam a maternidade a um modelo único e universal, no qual a mãe deve estar fisicamente presente e dedicar-se integralmente aos cuidados dos filhos.

Ao explorar as complexidades da maternidade transnacional, essas pesquisas desafiam a ideia de que existe uma única forma “correta” de ser mãe. Elas demonstram a diversidade de experiências e estratégias que as mulheres adotam para conciliar as demandas da maternidade com as exigências da vida migrante, contribuindo para uma compreensão mais inclusiva da maternidade em contextos globais.

Em contrapartida, os estudos sobre a maternidade co-residente, ou seja, a experiência de gestar e criar filhos no país de destino, são menos numerosos e apresentam um escopo mais restrito. Os três trabalhos encontrados nesse grupo concentram-se principalmente nos processos ligados à gravidez, desconsiderando outras dimensões importantes da maternidade, como as estratégias de adaptação, as emoções e as práticas de cuidado, que são frequentemente exploradas na literatura internacional.

Observa-se, portanto, uma lacuna significativa nos estudos brasileiros sobre a maternidade co-residente. Embora a maternidade seja uma experiência central na vida de muitas mulheres migrantes e tenha implicações para suas trajetórias e para o bem-estar de suas famílias, essa temática ainda não recebeu a devida atenção dos pesquisadores brasileiros.

Considerando o crescente número de famílias migrantes no Brasil e a importância de políticas públicas adequadas para atender às suas necessidades, é fundamental que a maternidade co-residente seja objeto de maior investigação. Assim, como pesquisadores, defendemos a necessidade de incentivar a produção de estudos que abordem essa temática, considerando a diversidade das experiências e os contextos socioculturais em que as mulheres migrantes estão inseridas. Acreditamos que ao aprofundar o conhecimento sobre as experiências dessas mulheres, podemos contribuir para o desenvolvimento de programas e serviços que promovam a saúde, o bem-estar e a inclusão social das famílias migrantes.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, Gláucia de Oliveira. *Gênero*. In: CAVALCANTI et al (Org.). *Dicionário Crítico de Migrações Internacionais*. Brasília: Editora UNB, 2017, p. 523-528.
- BOYD, Monica. *Family and Personal Networks in International Migration: Recent Developments and New Agendas*. *International Migration Review*, v. xxiii, n. 3, p. 639-669, 1989. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/019791838902300313?journalCode=mrxa>. Acesso em 07 jul. 2024.
- BRYCESON, Deborah; VUORELA, Ulla. *The Transnational Family – New European Frontiers and Global Networks, Cross-Cultural Perspectives on Women*. Oxford: BERG, 2002.
- BUMACHAR, Bruna Louzada. *Migração e novas mídias: um diálogo sobre a experiência familiar transnacional de estrangeiras presas em São Paulo e de trabalhadoras filipinas residentes em Londres*. *Revista Cronos*, [s. l.], v. 12, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2219>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- CARPENEDO, Manoela; NARDI, Henrique. *Maternidade transnacional e produção de subjetividade: as experiências de mulheres brasileiras imigrantes vivendo em Londres*. *Cadernos Pagu*, [s. l.], 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/sWtQZvFCJkFk54xKG5p3TVD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 abr. 2024.
- CIPD. *Relatório da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento - Plataforma de Cairo*. 1994. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf>. Acesso em 28 set. 2024.

CIURLO, Alessandra. *Género y familia transnacional. Un enfoque teórico para aproximarse a los estudios migratorios*. Revista Científica General José María Córdova, v. 12, n. 13, p. 127-161, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1900-65862014000100005](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1900-65862014000100005). Acesso em 21 ago. 2024.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro*. São Paulo: Boitempo, 2019.

DIAS, Sónia Ferreira; ROCHA, Cristiane Famer; HORTA, Rosário. *Saúde sexual e reprodutiva de mulheres imigrantes africanas e brasileiras: um estudo qualitativo*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), 2009.

DORNELAS, Paula. “*Minha família é minha filha*”: cuidados, gênero e maternidade nas trajetórias de mulheres migrantes no Brasil. *Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações*, [s. l.], v. 6, n. 2, 2022. Disponível em: [https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra\\_periplos/article/view/42218](https://periodicos.unb.br/index.php/obmigra_periplos/article/view/42218). Acesso em: 07 jun. 2024.

DUMON, Wilfried. *Family and migration*. *International Migration*, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 251–270, 1989.

EREL, Umut. *Reframing migrant mothers as citizens*. *Citizenship Studies*, [s. l.], v. 15, n. 6–7, p. 695–709, 2011.

ETECHEBERE, Rafaela Gava. *Entre Santa Bárbara d’ Oeste e o Haiti: maternidade no cotidiano transnacional*. *Temáticas*, [s. l.], v. 25, n. 49, p. 177–202, 2017.

GEDALOF, Irene. *Birth, Belonging and Migrant Mothers: Narratives of Reproduction in Feminist Migration Studies*. *Feminist Review*, [s. l.], v. 93, n. 1, p. 81–100, 2009.

GLEEN, Evelyn Nakano. *Social Constructions of Mothering: A Thematic Overview*. In: GLENN, Evelyn Nakano; CHANG, Grace; FORCEY, Linda Rennie (org.). *Mothering: Ideology, Experience, and Agency*. New York: Routledge, 2016.

HAYS, Sharon. *The Cultural Contradictions of Motherhood*. New Haven: Yale University Press, 1996.

HERRERO-ARIAS, Raquel et al. *The emotional journey of motherhood in migration. The case of Southern European mothers in Norway*. *Migration Studies*, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 1230–1249, 2021.

HIRATA, Helena. *O Trabalho de Cuidado*. *SUR - Revista Internacional de Direitos Humanos*, [s. l.], v. 13, n. 24, p. 56–64, 2016.

HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette; AVILA, Ernestine. “*I’m here, but I’m there*”: *The Meanings of Latina Transnational Motherhood*. *Gender & Society*, v. 11, n. 5, p. 548-571, 1997.

MARTIN, Denise; GOLDBERG, Alejandro; SILVEIRA, Cássio. *Imigração, refúgio e saúde: perspectivas de análise sociocultural*. *Saúde e Sociedade*, [s. l.], v. 27, p. 26–36, 2018.

MASSEY, Douglas S.; ARANGO, Joaquín; HUGO, Graeme; KOUAOUCI, Ali; PELLEGRINO, Adela; TAYLOR, J. Edward. *Worlds in Motion, Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Oxford: Clarendon Press, 1998.

MOROKVASIC, Mirjana. *Birds of Passage are also Women*. *International Migration Review*, v. 18, n. 4, p. 886-907, 1984. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2546066> Acesso em 10 ago. 2024

NIELSSON, Joice Graciele; STURZA, Janaína Machado; WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. *O direito ao acesso à saúde reprodutiva de mulheres migrantes: desvelando processos de precarização da vida*. *Revista Derecho y Salud*, [s. l.], v. 3, n. 3, p. 109–119, 2019.

NOVAES, Dirce Trevisi Prado. *Filhos, Saúde e Migração: O Processo Migratório de Mulheres Angolanas para a Cidade de São Paulo*. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

OLIVEIRA, Tadeu; TONHATI, Tânia. *Mulheres, Crianças e Jovens na Migração Internacional no Brasil*. In: CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Tadeu; SILVA, Bianca. G. Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

PADILLA, Beatriz. *Serviços de saúde*. In: CAVALCANTI et al (Org.). *Dicionário Crítico de Migrações Internacionais*. Brasília: Editora UNB, 2017, p. 984-993.

PARREÑAS, Rhacel Salazar. *Mothering from a Distance: Emotions, Gender, and Intergenerational Relations in Filipino Transnational Families*. *Feminist Studies*, v. 27, n. 2, p. 361-390, 2001.

PEDONE, Claudia. *Familias transnacionales ecuatorianas: estrategias productivas y reproductivas*. In: CIUDADANÍA Y EXCLUSIÓN: ECUADOR Y ESPAÑA FRENTE AL ESPEJO. [S. l.]: Los Libros de la Catarata, 2007.

PEDONE, Claudia. *Más allá de los estereotipos: desafíos en torno al estudio de las familias migrantes*. In: Grupo Interdisciplinario de Investigador@s Migrantes (org.). *Familias, niños, niñas y jóvenes migrantes: rompiendo estereotipos*. Madri: Iepala Editorial, 2010.

PEDONE, Claudia. *Maternidades transnacionais*. In: CAVALCANTI et al (Org.). *Dicionário Crítico de Migrações Internacionais*. Brasília: Editora UNB, 2017, p. 655-661.

RODRIGUES, Thaysa Andréia de Miranda. *Migração e trabalho doméstico: trajetórias laborais de mulheres latino-americanas na Espanha*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, 2018.

SANTOS, Aline Lima; NOVAES, Dirce Trevisi Prado; CHAVES, Maria de Fátima Guedes. *Mulheres Angolanas no Brasil: Reflexões sobre Migrações e Maternidade*. Cadernos de

Estudos Sociais, [s. l.], v. 33, n. 2, 2018. Disponível em:  
<https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/article/view/1761>. Acesso em: 22 jul. 2024.

SASAKI, Elisa Massae; ASSIS, Gláucia de Oliveira. *Teorias das Migrações Internacionais*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000. Anais. Caxambu, 2000.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Disponível em:  
[https://archive.org/details/scott\\_gender](https://archive.org/details/scott_gender) Acesso em: 7 jul. 2024.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. *Famílias Transnacionais na Fronteira Brasil/Venezuela*. EXAMÃPAKU, [s. l.], v. 3, n. 2, 2013. Disponível em:  
<https://revista.ufr.br/examapaku/article/view/1501>. Acesso em: 21 jun. 2024.

VIECZOREK, Anelise Ludmila. *O atendimento da saúde pública para mulheres haitianas: trajetórias migratórias e experiências reprodutivas em Cascavel/PR*. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, São Leopoldo, 2020.

ZLOTNIK, Hania. *Migration and the Family: The Female Perspective*. Asian and Pacific Migration Journal, [s. l.], v. 4, n. 2–3, p. 253–271, 1995.